

Pedida intervenção na área de saúde de Alagoas

Dida Sampaio/AE



Ministro Henrique Santillo: críticas à aplicação e administração das verbas federais no Estado

No pedido enviado ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o ministro Santillo afirma que existem "denúncias e inquéritos comprovando omissão de socorro, mortes e desvios de recursos"

BRASÍLIA — O ministro da Saúde, Henrique Santillo, requereu ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que represente ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um decreto de intervenção federal no Estado de Alagoas, no âmbito do setor saúde. A medida, conforme explicou o ministro, visa restabelecer no Estado o direito constitucional do cidadão ter acesso aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

"Há quase um ano a rede pública de saúde de Alagoas não funciona em razão de greves dos servidores, os hospitais estão sucateados, há denúncias e inquéritos comprovando omissão de socorro, mortes, desvios dos recursos federais repassados ao gestor estadual e várias outras irregularidades", afirmou Henrique Santillo. A solicitação do Ministro é acompanhada de vários documentos, que configuram, "na sua amplitude e trágica conformação, o complexo de distorções denunciadas pelas entidades signatárias".

MINISTRO
CONDENA
SUCATEAMENTO
DE HOSPITAIS

O ministro, ao examinar a documentação informa que o procurador-Geral da República terá a oportunidade "de constatar que avultam os desmandos verificados nesse Estado, na aplicação e administração das verbas federais destinadas ao SUS". Menciona ainda a ocorrência de "inércia, inépcia, indícios de malbaratamento de recursos e patentes desvios de finalidades".

O requerimento do ministro é acompanhado de parecer da consultoria jurídica do Ministério da Saúde. Nele, o consultor Hélio Dias assinala que, "atualmente, o amparo da saúde é um bem jurídico tutela-

do em sede constitucional e da legislação ordinária, extensivo a todas as pessoas que estejam sujeitas à ordem jurídica brasileira".

Denúncias — A assessoria do Ministério da Saúde explicou ontem que antes de recorrer a Procuradoria-Geral da República, o Ministério da Saúde esgotou todos os meios ao seu alcance para sensibilizar o governo de Alagoas a resolver os sérios problemas da saúde naquele Estado.

No expediente que enviou a Henrique Santillo, solicitando a intervenção, o secretário de Assistência à Saúde, Gilson de Cássia Marques de Carvalho, menciona as sucessivas denúncias feitas por entidades civis representativas dos profissionais de Saúde em Alagoas — reconhecidas inclusive por membros do Ministério Público.

O secretário designou uma Comissão Intergestores Tripartite que foi até Alagoas para averiguar os fatos denunciados e propor medidas que objetivassem solucionar a crise gerencial que lá está ocorrendo. "Todas as tentativas empreendidas, esforços conciliatórios, tentativas de negociação e pactuação foram rejeitadas pelos denunciadores, que esperavam propostas mais enérgicas para enfrentamento da crise", informou a assessoria do ministro Santillo.

Em Maceió, o governador de Alagoas, Geraldo Bulhões não havia se pronunciado sobre o assunto até o começo da noite de ontem. A reportagem não localizou o secretário de Comunicação Social, Edivaldo Junior.